

GOMES, P.G.; FURTADO, C.V. Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres Africanas e Afro-brasileiras em perspectiva de gênero.
Salvador: EDUFBA, 2017.

Larissa Aparecida Ramos¹

Graduanda de História da UNISAGRADO/Bauru-SP, Brasil – Lari.ap_amos@hotmail.com

Recebido em: 07/08/2020

Aceito para publicação: 12/10/2020

Em um breve ensaio na introdução é apresentada a ideia de modernidade, acentuada no desenvolvimento do capitalismo e na industrialização. Esta faz com que transformações socioculturais e de categorias como as de gênero e raça derivem de fundamentos sociais europeus, influenciando em desigualdades e estratificações sociais. Destaca-se uma cronologia dos estudos e temas publicados sobre mulheres e relações de gênero, representando seus impasses, como a predominância de textos escritos por homens e a partir de seus olhares, mas também o crescimento significativo da produção literária sobre mulheres africanas e a partir de suas perspectivas. Quanto ao Brasil, mostra-se dados em relação ao período da escravidão e o peso da visão machista e eurocêntrica sobre eles, como o ideal do colonizador sobre o colonizado. Por isso, a importância de uma literatura produzida sobre as lutas das mulheres negras no Brasil, fazendo com que conceitos de raça e gênero sejam considerados intrínsecos, “inseparáveis”.

No primeiro capítulo, “De emancipadas a invisíveis: as mulheres guineenses na produção intelectual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas”, a autora Patrícia Godinho Gomes apresenta um breve excursus teórico de Houtondji e Oyèwùmi e a questão dos estudos sobre mulheres e gênero, no qual destaca a origem da produção deste conhecimento e seus principais destinatários. No processo de independência de Guiné-Bissau, em 1973, a participação das mulheres constituiu-se em um elemento-chave para seu desenvolvimento do processo, tanto externo como interno. Porém, a importância das mesmas é inviabilizada nos discursos, como discutido no diálogo apresentado entre dois intelectuais guineenses- Carlos Lopes e Diana Lima Handem, que debatem temas como patriarcado, subalternização e relações

¹ Resenha realizada para a disciplina de História da África II, sob a orientação da Prof^a Dr^a Lourdes M. G. C. Feitosa.

de gênero e mercado de trabalho. É abordada a ausência de mulheres na produção intelectual do INEP, juntamente com a de temas sobre as mesmas, dando destaque às atitudes de alguns órgãos como A União Democrática das Mulheres Guineenses (Udemu) em relação a isto.

No segundo texto, ainda sobre o tema, chamado “Vozes femininas nas esferas de decisão na Guiné-Bissau”, é discutido como foi a participação feminina no processo de independência, e após este período, o não cumprimento de promessas em relação a seu estatuto, Lorena de Lima Marques discute a vulnerabilidade social e econômica pós a abertura política, os conflitos políticos-militares e o aumento do protagonismo masculino. Por outro lado, são apresentadas inúmeras organizações feministas fundadas nas últimas décadas, que visam tanto o debate público e político, como a igualdade jurídica entre homens e mulheres.

No próximo capítulo “Mobilidades e gênero: deslocamentos e fronteiras na ravidância em Cabo Verde”, a autora Eufêmia Vicente Rocha apresenta situações cotidianas da vida de Keuma, uma mulher nascida em Cabo Verde que protagonizou uma série de restrições de gênero impostas pela sociedade local. No entanto, quando passou a dedicar-se à ravidância (prática de vendas de alimentos em mercados informais), se fez contrária a essas práticas, muitas vezes impostas até pelo seu companheiro, que a proibia de trabalhar. Por meio desta forma de trabalho, Keuma melhora nível econômico e social, bem como sua própria de gênero, obtendo certas condições que antes lhe eram negadas. Além disto, Rocha destaca uma união das mulheres em forma de cooperação em Portugal, já estabelecidas em Lisboa e no mercado informal, que auxiliam Keuma em uma de suas passagens pelo país.

Em “Entre religião e poligamia: uma leitura a partir do romance *Une si longue lettre* de Mariama Bâ”, de Fatime Samb, discute-se, através de uma análise literária de Mariama Bâ, as diferentes formas de opressão sofridas por mulheres senegalesas pós-independência. Como denúncia a isso, por meio das personagens centrais Ramatoulaye e Aissatou, duas viúvas, a autora demonstra que certas situações como a poligamia são práticas subjugantes, muitas vezes legitimados pela religião islâmica, que inferiorizam as mulheres muçulmanas. Samb destaca o quão importante é o gênero literário como forma de manifestação e informação para outras mulheres que passam por condições similares e podem se inspirar nas reações ali apresentadas. Também é avaliado o desenvolvimento das teorias feministas a partir da ruptura colonial dos anos de 1970, que mesmo sofrendo resistências baseadas na tradição, se mostraram eficazes, como o direito ao voto feminino e a melhores condições de vida para a mulher.

No quarto capítulo, em “Quem é prostituta?: uma análise sobre a concepção de prostituição empregada pela Operação Produção no Moçambique pós-independente”, Cristina Soares de Santana avalia o desenvolvimento da Operação Produção, que desde 1974 é apresentada como medida político-administrativa pela Frente de Libertação de Moçambique. Com o objetivo de se opor aos ideais coloniais, uma nova ideia de sociedade é formada no contexto pós-independência, diferenciando os cidadãos entre “certos” e “errados” através de políticas ideológicas. Como exemplo do que deveria ser excluído na sociedade, as prostitutas foram destacadas como o contra-exemplo do modelo ideal revolucionário feminino, que mesmo indicada por certa emancipação, contava com limites e controle rígido sobre seu próprio corpo. O papel dos veículos de imprensa é destacado como fundamental neste processo, visto que esses possuem influência e mediação entre os órgãos responsáveis e a população urbana, que se vê em maior parte ameaçada pelo êxodo rural de setores indesejáveis.

Em “Gêneros, feminismos e culturas africanas: repensando os estudos africanos a partir da universidade”, a autora M. Soledad Vieitez-Cerdeño apresenta uma definição do conceito de desenvolvimento e a sua relação com a equidade de gênero na África do Sul do Saara, ligando-se também com conceitos como cultura e economia. Expõe alguns questionamentos buscando uma melhor contextualização do tema no território acadêmico africano através de uma bibliografia pertinente e numerosa, que também acaba por relatar a importância dos próprios protagonistas africanos nestes estudos, que paradoxalmente, no caso feminino, foram marginalizadas depois de discursos que visavam “incluí-las” no sistema econômico e político, entre os anos de 1950 a 1970. Há uma abordagem do que pode ser considerado equidade de gênero na África e de como a pesquisa e a profissionalização da juventude influenciam neste processo, como o citado trabalho da autora realizado no grupo *Africaines* (SEJ-491). Portanto, formas de aplicar este conhecimento são expostas, assim como os estudos, instituições e recursos sobre mulheres e gênero, demonstrando também de qual modo estes influenciam em um ideal contrário às interpretações ocidentais na África.

Quanto a “Construção, subjetividades e inclusão social em contextos de marginalidade: a irmandade de Boa Morte de São Gonçalo dos Campos”, Luciana Falcão Lessa expõe sua pesquisa em relação à irmandade de Boa Morte, realizada por meio de fontes, principalmente orais, para recriar o cotidiano dessas mulheres e como elas se viam e eram vistas. Lessa detalha características do município de São Gonçalo dos Campos no século XIX e XX, destacando aspectos econômicos e culturais de como a irmandade surgiu, características comuns às

suas participantes, trajes e suas líderes. Ao aprofundar sobre as irmãs da Boa Morte, apresenta entrevistas de moradores do século XXI, retratando o modo como eram discriminadas e estigmatizadas, assim como na literatura, como a exemplo do romance de Ruy Santos, ou até mesmo pela imprensa, no citado jornal “A Razão”. Este veículo de imprensa, ao apresentá-las como “raparigas”, demonstrava o ideal feminino na época e de como aspectos como o matrimônio e a condição social fizeram com que as próprias irmãs o internalizassem. A autora destaca dois pontos fundamentais: o processo de organização familiar das mulheres afrodescendentes, não discutido nos estudos clássicos tendo como base em sua complexidade; e a internalização e reprodução da subalternidade e inferioridade, relacionados diretamente com a colonização e o racismo, analisados por estudiosos como Albert Memmi e Frantz Fanon.

Beatriz Giugliani, em “O abandono escolar dos rapazes negros no ensino médio na Bahia: um caso de estudo - racismo, questões de gênero e políticas públicas”, apresenta sua pesquisa de doutorado na UFBA, realizada com estudantes do Ensino Médio da cidade de São Félix, no Recôncavo baiano. Trata-se de um trabalho de base etnográfica, no qual se busca conhecer como esses jovens atribuem sentido às masculinidades e às feminilidades e os motivos para seu abandono escolar. Dessa forma, um contexto histórico desde a redemocratização é apresentado, juntamente com o surgimento de movimentos identitários, como o Movimento Negro, e o aumento das políticas públicas. Apesar desse processo de expansão da escola pública no século XX, a autora destaca que a desigualdade racial no âmbito estudantil ainda persiste, demonstrada via dados de estudiosos sobre o tema, em relação às três correntes criadas a fim de se interpretar as desigualdades raciais e o racismo no Brasil, tendo como seus representantes, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg. São apresentadas entrevistas realizadas com os estudantes, que abordam tanto experiências pessoais como críticas ao ambiente estudantil e aos professores. Também há um enfoque na temática da Identidade Negra, a fim de se questionar a forma com que esses jovens tendem a visualizar aspectos do seu cotidiano, como cidadão negro brasileiro.

Durante a metade do século XX ocorreu uma alteração no con- 381 texto brasileiro quanto ao sindicalismo, que passou de características tradicionais para o chamado “novo sindicalismo”, que tinha como foco a agricultura familiar; questões sociais; e desafios ambientais como novos focos de discussões. Junto a isso, neste capítulo chamado: “Mulheres que quebram coco: organização política e redes de sociabilidade no Maranhão”, a autora Viviane de Oliveira Barbosa trata da questão das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, que se uni-

ram contrárias às restrições e imposições de fazendeiros, impedindo a derrubada de palmeiras de babaçu. No decorrer do texto importantes fatores para a sociabilidade dessas mulheres são apresentados, como seu próprio movimento (MIQCB); a influência da “Teoria da Libertação”, proposta pela Igreja Católica; associações como o Assema; setores partidários e alguns intelectuais. Além disso, na década de 1990 houve uma crescente onda de organizações femininas que, como as quebradeiras de coco maranhenses, adquiriram um empoderamento e uma identidade própria, fortalecidas pelo conhecimento de leis e do direito.

No texto “Hoje, as meninas de hoje que vivem na prostituição, ela anarquiza o meu passado”: perspectivas intergeracionais das mulheres inseridas na prostituição em São Luís, Maranhão”, apresenta-se os resultados da pesquisa sobre prostituição feminina nas áreas centrais de São Luís. É descrito o universo da prostituição feminina na região, composto por mulheres pobres, de baixa escolaridade e de maioria negras, e o cotidiano de marginalização e violência por elas vivido. Iniciado no século XX, as formas de prostituição nessas áreas foram se modificando ao longo do tempo, juntamente com o zoneamento das prostitutas em locais específicos, tendo em vista a segregação e a organização urbana. Com isso, através da análise do discurso de mulheres que frequentaram e frequentam esses locais, a autora Tatiana Raquel Reis da Silva observa um passado rememorado de forma nostálgica, apresentado em contraposição com o atual cenário, visto com ainda mais problemas devido a venda e uso de drogas, por exemplo. Além disso, em questão à violência masculina, há a amostra de importantes instituições que visam a proteção das mulheres, como a Associação de Profissionais do Sexo do Maranhão (Aprosma), criada em 2003, em parceria com a Delegacia da Mulher. Em relação às outras questões, como as legislativas, se é discutido o projeto de Lei que visa a regulamentação da prostituição feminina como profissão, seus conflitos e desenvolvimentos.

Por fim, em “Virando a língua lá e cá: mulheres africanas ao sul do Saara e mulheres negras brasileiras em nossas produções, trocas possíveis” Vilma Reis, através da expressão “virar a língua”, co- 382 nhecida no contexto das casas de candomblés da Bahia e em outros locais de resistência negra, apresenta a necessidade do exercício de tradução e partilha de livros de escritoras da África negra no Brasil, pouco divulgados. Reis discute a importância de propagar para as novas gerações de militantes e ativistas pensamentos de mulheres como o da caboverdiana, ativista e dirigente política em Guiné-Bissau e Cabo Verde Paula Fortes; Winnie Mandela, uma das lideranças da luta pela libertação da África do Sul contra o apartheid; e Graça Machel, militante da luta pela independência em Moçambique. Apresenta como refe-

rência mulheres negras que dissertam sobre o feminismo negro na literatura brasileira como Carolina Maria de Jesus, tratando de um Brasil negro-mulher com sua obra; Beatriz Nascimento, responsável pela criação de diversos militantes e movimentos políticos, inclusive, pela reescrita da história dos negros durante a metade do século XX; e Leila Gonzalez, filósofa e antropóloga; que contribuiu, entre outros aspectos, para o restabelecimento de uma ponte com o continente africano. Também é realçada militância negra brasileira e suas lideranças políticas dentro e fora do país no final do século XX. Como menciona a autora, [...] foi construída a nossa resistência contemporânea nas quadras de blocos afro, com as canções que contavam para todas nós as lutas na África do Sul, em Namíbia, em Moçambique, Angola [...] como se estivéssemos lá [...] (REIS 2017, p. 280), restabelecendo vínculos e compartilhando experiências comuns, gerando discussões, pautas e cooperações, “de lá e de cá do Atlântico”.

Em linhas gerais, este livro apresenta uma linguagem de fácil acesso às pessoas, estando elas dentro da academia ou não, sobre discussões de gênero em contextos brasileiros e africanos. Também apresenta um amplo quadro em relação às lutas de emancipação femininas afro-brasileiras e africanas, suas dificuldades, embates e resistências, possibilitando que o leitor conheça ou aprofunde suas percepções sobre a importância da equidade de gênero em diversos contextos brasileiros e africanos.